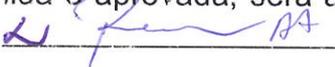
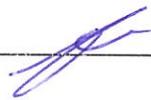


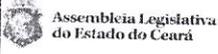
 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	<b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b>	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	<b>FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES</b>	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	DATA REVISÃO:	24/01/2020

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR) NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.**

Às doze horas e um minuto do dia onze de outubro de dois mil e vinte e dois, no **Plenário 13 de maio e Sistema de Deliberação Remota – SDR**, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), com a presença dos(as) seguintes deputados(as): Romeu Aldigueri (**presidiu a reunião**), Salmito, Juliocésar Filho, Leonardo Araújo, Augusta Brito e Fernanda Pessoa. Constatando número regimental, o presidente declarou abertos os trabalhos: I – **Leitura, discussão e leitura da Ata da reunião anterior**: nada constou; II – **Expediente**: nada constou; III – **Ordem do Dia**: a) nada constou; b) **Discussão e votação de proposições e pareceres sujeitos à aprovação do Plenário**: foram colocadas em discussão e votação as seguintes proposições e os respectivos pareceres: **1. Mensagem n.º 125/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.977, de autoria do Poder Executivo – “Dispõe obre a operacionalização, no âmbito estadual, do disposto no inciso IV do art. 5º da Emenda Constitucional Federal n.º 123, de 14 de julho de 2022.” (CCJR, CTASP, COFT)**. Regime de urgência aprovado em 11/10/2022. Não houve pedido de vista. Designado relator pelo presidente, o Deputado Juliocésar Filho emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **2. Mensagem n.º 126/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.978, de autoria do Poder Executivo – “Modifica a Lei n.º 16.086, de 27 de julho de 2016, que altera dispositivo da Lei n.º 12.670, de 27 de dezembro de 1996, a qual dispõe acerca do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.” (CCJR, CICTS, CTASP, COFT)**. Regime de urgência aprovado em 11/10/2022. Não houve pedido de vista. Designado relator pelo presidente, o Deputado Juliocésar Filho emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **3. Mensagem n.º 127/2022, oriunda da Mensagem n.º 09/2022, de autoria do Ministério Público – “Realiza alterações na estrutura organizacional das promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará.” (CCJR, CTASP, COFT)**. Regime de urgência aprovado em 11/10/2022. Não houve pedido de vista. Designado relator pelo presidente, o Deputado Juliocésar Filho emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Francypaula Carolino Barbosa França , Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo presidente, Deputado Romeu Aldigueri , e pelos demais deputados presentes.

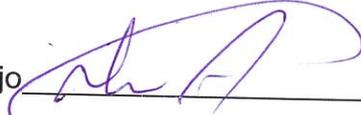
Deputado Salmito 

Deputado Juliocésar Filho 

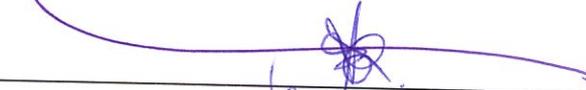
	<b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b>	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	<b>FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES</b>	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	DATA REVISÃO:	24/01/2020

### Ata da 73ª Reunião Extraordinária da CCJR

Deputado Leonardo Araújo



Deputada Augusta Brito



Deputada Fernanda Pessoa

